

PANORAMA DA PESQUISA SOBRE FINANCIAMENTO DA ATIVIDADE EMPREENDEDORA NO BRASIL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

Miguel Rivera Peres Junior
Isabela de Souza Castro
Adriano Olímpio Tonelli

Resumo:

A expansão de novos negócios, principalmente aqueles baseados em modelos de negócios inovadores, escaláveis e recorrentes (as chamadas startups) associado a fenômenos contemporâneos como a globalização e os avanços tecnológicos, ampliaram de forma acentuada as possibilidades de financiamento para esses empreendimentos. Acompanhando essa tendência, observou-se nos últimos anos expansão do campo de estudos denominado finanças empreendedoras (*entrepreneurial finance*). A partir de revisão bibliométrica desse campo feita por Nguyen et al. (2021) com trabalhos disponíveis na base Web of Science, este trabalho se propôs a fazer o mesmo com publicações que tratam do tema envolvendo o Brasil. Os resultados mostram um descolamento da produção sobre o Brasil do “*mainstream*” das finanças empreendedoras em relação aos grupos de pesquisa mais atuantes, às referências mais utilizadas e aos temas abordados. Se essa desconexão indica um certo alheamento ao que está sendo produzido mundialmente ou uma independência deliberada frente ao conhecimento que vem se consolidando, são hipóteses que carecem de investigação.

Palavras-chave: Finanças Empreendedoras; Empreendedorismo; Análise Bibliométrica

INTRODUÇÃO

A abertura de novos empreendimentos, em particular aqueles que operam em cenários de extrema incerteza na busca de modelos de negócios inovadores – as chamadas startups – tem crescido de forma significativa nos últimos anos. Dados da Associação Brasileira de Startups (ABSTARTUPS) mostram que havia em 2020 12.875 startups filiadas à entidade sendo que destas 11.368 (88,3%) tinham menos de 5 anos de existência o que mostra o crescimento recente dessa atividade (ABSTARTUPS, 2020).

Tradicionalmente, o financiamento da atividade empreendedora (seja em sua abertura ou em etapas de expansão) se dava por meio de recursos próprios, empréstimos com amigos e familiares (o “*love money*”) ou recorrendo às instituições bancárias, cujo acesso e custo constituíam fatores complicadores para os empreendedores, em especial para aqueles de micro e pequeno porte. Contemporaneamente, esse processo de financiamento dos empreendedores se complexificou de forma acentuada (o que, consequentemente, dificulta o processo de decisão, tanto de tomadores de crédito quanto daqueles que o concedem (COSH; CUMMING; HUGHES, 2009; SHANE; CABLE, 2002).

É nesse novo contexto, que constitui o objeto do campo de pesquisa sobre o financiamento da atividade empreendedora, que no termo em inglês é definido como finanças empreendedoras (*entrepreneurial finance*), que se insere o presente trabalho. Trata-se de área de pesquisa relativamente nova e pouco explorada, mas que, acredita-se, é extremamente promissora em termos de necessidades de investigação.

Tendo em vista a “juventude” da pesquisa acadêmica sobre o tema, em particular no Brasil, estabeleceu-se a seguinte questão norteadora para este projeto: qual o panorama da produção científica no campo de finanças empreendedoras no Brasil (ou sobre o Brasil)?

Recentemente, Nguyen et al. (2021), buscando traçar um panorama social e conceitual da produção sobre o campo de finanças empreendedoras, realizaram extensa revisão sobre o tema analisando 6.902 trabalhos publicados entre 1970 e 2019 e disponíveis na *Web of Science*. A pesquisa aqui relatada tentará, seguindo os passos de Nguyen et al. (2021), entender como a produção que trata de finanças empreendedoras envolvendo o Brasil tem sido abordada.

Acredita-se que, a partir da caracterização clara do campo de pesquisa em finanças empreendedoras no Brasil, novas investigações poderão ser propostas. Além disso, o aprofundamento da compreensão sobre o financiamento da atividade empreendedora permitirá constituir um conhecimento teórico e empírico que poderá apoiar as ações de fomento ao empreendedorismo, em particular aquelas ligadas ao desenvolvimento de novos negócios.

REFERENCIAL TEÓRICO

Finanças empreendedoras: breve contextualização

O termo empreendedorismo é, usualmente, associado “à criação de novos produtos/processos e ou a entrada em novos mercados, que pode ocorrer por meio de uma organização recém-criada ou dentro de uma organização estabelecida” (HISRICH; PETERS; SHEPHERD, 2014, p. 6). Em muitas circunstâncias, o empreendedor não dispõe dos recursos necessários ao financiamento que permitirão a transformação da oportunidade identificada/criada em um negócio viável. Sendo assim, o financiamento da atividade é um aspecto central do processo empreendedor (SHANE; CABLE, 2002) e tem sido visto como um dos maiores desafios enfrentados pelos empreendedores (BRUSH; GREENE; HART, 2001; MORITZ et al. 2020). Evidências mostram que essas limitações inibem o crescimento das organizações e ameaçam sua sobrevivência (COSH; CUMMING; HUGHES, 2009; BROWN; EARLE, 2017).

Face essas dificuldades e com a complexificação do fenômeno empreendedor assistida nos últimos anos, particularmente em função da expansão da abertura de startups – organizações temporárias construídas para buscar respostas que promovam a obtenção de um modelo de negócio recorrente e escalável (BLANK; DORF, 2014), geralmente de base tecnológica – novas formas de financiamento surgiram (BLOCK et al., 2018). Dentre essas formas, destacam-se os parques tecnológicos, incubadoras e aceleradoras de startups, investidores anjo, plataformas de *crowdfunding* (financiamento coletivo), *venture capital* (capital de risco, oriundo de investidores e fundos), *seed capital* (capital semente, também proveniente de investidores e fundos) e investimentos institucionais (BONINI; CAPIZZI; CUMMING, 2019).

Nesse contexto, o estudo das formas pelas quais os agentes (empreendedores e financiadores) tomam decisões no processo de financiamento da atividade empreendedora tem atraído um interesse considerável (CUMMING; VISMARA, 2017). A partir dessa constatação, surgiu o interesse por estudar o processo de financiamento da atividade empreendedora, dando origem ao conceito de *entrepreneurial finance* (finanças empreendedoras). Para Alemany e Andreoli (2018), o campo das finanças empreendedoras

está relacionado ao estudo das opções disponíveis ao empreendedor para transformar uma oportunidade em um negócio com potencial de ser financeiramente sustentável.

Na próxima seção, será discutida de que forma têm evoluído as finanças empreendedoras como campo de pesquisa.

As Finanças empreendedoras enquanto campo de pesquisa

Pesquisas sobre Finanças Empreendedoras eram escassas até o início dos anos 1990 quando começaram a surgir os primeiros estudos a respeito do tema (DENIS, 2004) promovendo a interseção entre dois campos de estudos distintos: empreendedorismo e finanças (CUMMING; JOHAN, 2017). De uma produção originariamente restrita a poucos temas e concentrada geograficamente nos Estados Unidos (MASON, 1999) passou-se para uma pesquisa contemporânea sobre finanças empreendedoras caracterizada por uma grande variedade de termos, perspectivas científicas, abordagens metodológicas e problemas discutidos em seus estudos (HÄCKNER; HISRIC, 2001).

De acordo com Denis (2004), historicamente o empreendedorismo era visto pelos pesquisadores em finanças como um campo de estudo independente. Posteriormente, percebeu-se que o empreendedorismo compartilhava duas das principais preocupações da teoria de finanças corporativas: problemas de agência e assimetria de informações. A diferença entre as finanças corporativas tradicionais e as finanças empreendedoras se dá pela magnitude dos dois problemas, fazendo com que assim as soluções contratuais sejam diferentes daquelas normais de empresas já normalmente estabelecidas (DENIS, 2004).

Inicialmente, as pesquisas sobre finanças empreendedoras se dedicaram a estudar aspectos relacionados apenas ao fenômeno do capital de risco (*venture capital*) como fonte de financiamento das iniciativas de novos negócios (MASON; HARRISON, 1999). *Venture capital* (VC) pode ser definido como um recurso que é investido em um novo negócio por investidores individuais ou corporativos (configurando o *corporate venture capital*) que além do capital financeiro agrega experiência, influência, estratégia, gestão ao empreendimento destinatário do aporte (UEDA, 2010).

Os textos iniciais na área de capital de risco (décadas de 1980 e 1990) focavam em medir o sucesso (desempenho) dos fundos de investimento e no problema de agência e seus efeitos sobre os investimentos em VC (WALLMERTH; WIRTZ; GROH, 2018). Denis (2004), em trabalho de mapeamentos da literatura sobre finanças empreendedoras, identificou 4 grandes áreas de investigação, corroborando: 1) fontes alternativas de capital, 2) questões relativas aos aspectos de contratação financeira; 3) questões de política pública, e 4) risco e retorno em investimentos de *private equity*.

Na primeira década do século XXI, observou-se uma expansão significativa com investigações sobre captação de recursos (*fundraising*) e sua estrutura; a natureza dos acordos de financiamento com investidores; estratégias de saída dos investidores; impactos no desenvolvimento regional e na geração de emprego; análises comparativas internacionais, principalmente em relação ao papel das políticas públicas; dentre outros (CUMMING, 2010). Nesse mesmo período, duas grandes tendências afetaram o setor de *venture capital* e as finanças empreendedoras e, conseqüentemente, as pesquisas na área: a globalização e a inovação tecnológica (CHEMMANUR; FULGHIERI, 2014; CUMMING; VISMARA, 2017). A globalização e a inovação tecnológica, separadas ou de forma conjunta, têm, por exemplo, diminuído os custos para investir e monitorar investimentos

transnacionais criando, assim, novas possibilidades de investimento de VC (CUMMING; VISMARA, 2017).

Mas o que se tem observado é que boa parte dos estudos sobre finanças empreendedoras tem se debruçado, nos últimos anos, sobre os tipos de financiamento utilizados pelos empreendedores, em particular aqueles surgidos ou consolidados mais recentemente (BELLAVITIS et al, 2017; BLOCK et al. 2018; CUMMING et al., 2019; KLEIN et al, 2020). Investigações recentes mostram

Assim, estudos sobre *crowdfunding* (HOSSAIN; OPARAOCHA, 2017; MOLLICK, 2014); investimento anjo (SOHL, 2006; KERR; LERNER; SCHOAR, 2014); IPOs (BAYAR; CHEMMANUR, 2011; EWENS; FARRE-MENSA, 2020) dentre outras formas de financiamento da atividade empreendedora – levantamentos recentes elencam mais de 20 possibilidades (BLOCK et al., 2018; LYN; ROSATI, 2021) – têm se tornado cada vez mais presentes nas publicações sobre empreendedorismo, finanças e economia. Levantamento recente indica

Em relação ao futuro da pesquisa sobre finanças empreendedoras alguns autores vislumbram como possibilidade o desenvolvimento de pesquisas utiliza a Teoria das Finanças Comportamentais para investigação do financiamento à atividade empreendedora (YAZDIPOUR, 2011). Outra possibilidade de evolução estaria na “de-segmentação” do campo (tradicionalmente segmentado por fontes de financiamento, fontes de dados, por campo e por país sob investigação), por meio de novas abordagens teóricas e metodológicas e com a utilização de conjuntos de dados mais robustos (CUMMING; VISMARA, 2017; CUMMING, GROH, 2018; CUMMING et al., 2019). Outra vertente apontada é o estudo, também, das formas tradicionais de financiamento (crédito bancário, capital próprio, etc.) que têm sido, de certa forma, negligenciado pelo campo das finanças empreendedoras (BELLAVITIS et al., 2017.)

METODOLOGIA

O presente artigo constitui um trabalho de revisão feito por meio de um estudo bibliométrico. Os métodos bibliométricos analisam a produção científica de um determinado campo a partir da agregação de dados bibliográficos de trabalhos publicados e disponibilizados em bases de dados que permitem identificar lacunas e produzir insights para novas pesquisas; identificar redes de relacionamento entre instituições e pesquisadores e perceber tendências daquela área (ZUPIC; CATER, 2014). Originalmente, a bibliografia consistia de uma visão geral da produção científica de um determinado campo ou uma análise dos trabalhos de maior impacto (aqueles mais citados) divididos por autores, origem (país, instituição, etc.), fontes (periódicos, eventos, etc.) (ELLEGAARD; WALLIN, 2015). Nos últimos anos, no entanto, a bibliometria evoluiu de forma significativa, principalmente em razão do desenvolvimento da internet e das soluções baseadas na *web* (THELWALL, 2008), como as bases de dados bibliográficos disponíveis pela rede (*Web of Science*, *Scopus*, etc.)

Para realizar a investigação aqui relatada utilizou-se algumas das técnicas e ferramentas associadas à bibliometria. Como primeiro passo, procedeu-se à definição das palavras-chave a serem utilizadas para constituição do *corpus* de pesquisa: o banco de dados de artigos que seriam submetidos às análises. Para essa definição valeu-se do trabalho recentemente publicado por Nguyen et al. (2021) promoveram extensa revisão da literatura sobre finanças empreendedoras cobrindo os últimos 50 anos de pesquisa na área

utilizando o seguinte esquema de busca na base de dados Web of Science (WoS): TS=("entrepreneur*" OR "startup*" OR "start-up*" OR "new enterprise*" OR "new firm*") AND ("financ*" OR "debt*" OR "venture capital*" OR "trade credit*" OR "crowdfund*" OR "angel invest*" OR "private equit*" OR "IPO*"). Cabe destacar que operador booleano "TS" restringe a busca ao tópico de pesquisa e que a definição das palavras-chave feitas pelos autores baseou-se em trabalhos prévios de revisão de literatura sobre o tema.

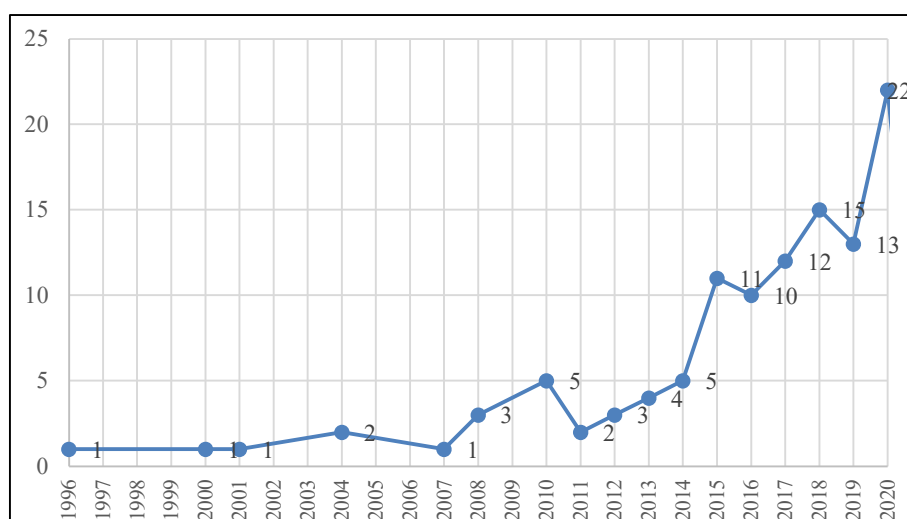
No entanto, como o objetivo era investigar como tem sido pesquisado o financiamento da atividade empreendedora no Brasil, refinou-se a busca pelo termo "Brazil". Ao fazer esse filtro, teve-se como resultante um conjunto para análise de 113 artigos, identificados em abril de 2021.

Para organização e tabulação dos dados utilizou-se as ferramentas Bibexcel (PERSSON; DANELL; SCHNEIDER, 2009) e VosViewer (VAN ECK; WALTMAN, 2010). As análises bibliométricas dessa base de trabalhos são apresentados a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisando-se a base de artigos observa-se que o primeiro trabalho identificado data de 1996, o que mostra a relativa "novidade" do tema finanças empreendedoras no Brasil, ou sobre o Brasil. Observa-se na distribuição dos 113 trabalhos pelos anos de publicação (Figura 2) que houve forte incremento a partir de 2015 até 2020, período que concentra 73,4%% das publicações da série. Percebe-se, também, que há uma tendência de crescimento do número de publicações, o que permite inferir que as finanças empreendedoras são um campo em crescimento no país.

Figura 2 – Número de trabalhos publicados por ano



Fonte: elaboração própria

A análise das fontes onde foram publicados os trabalhos mostrou uma grande dispersão. São 105 fontes em que há apenas 1 ou 2 artigos publicados. Isso indica que ainda não há um periódico brasileiro que aborde essa temática de forma exclusiva (como o *Journal of Entrepreneurial Finance*, que desde 1991 publica trabalhos específicos sobre a temática) e nem uma inserção nos periódicos identificados por Nguyen (2021) como os

mais profícuos na divulgação sobre finanças empreendedoras – *Small Business Economics* e *Journal Of Business Venturing* – que não aparecem em nossos resultados.

Também em relação aos autores ainda não há se observa um volume considerável de pesquisadores se debruçando sobre o estudo das finanças empreendedoras no Brasil. Apenas 8 autores aparecem em mais de 1 trabalho publicado. Desses, 4 (Renata Martins Correa; Arnoldo Jose de Hoyos Guevara; Paulo Victor Melo e Bill O’Gormans) são coautores em 2 trabalhos. Analisando a produção desses autores, percebe-se que quase nenhum deles têm uma produção significativa sobre finanças empreendedoras o que indica publicações isoladas sobre o tema e não o desenvolvimento de grupo ou linha de pesquisa voltada para esse campo. Destaca-se nesse grupo somente o professor da *Brandeis University*, Aldo Musacchio que apesar de não se dedicar especificamente ao estudo do financiamento da atividade empreendedora (em seu perfil na universidade ele enfatiza sua linha de pesquisas sobre a relação Estado e empresas no processo de competição internacional) em vários de seus trabalhos o tema é abordado de forma significativa.

A análise de citações é uma técnica bibliométrica que possibilita a identificação e descrição de uma série de padrões na produção do conhecimento (ARAÚJO, 2006). Além dos trabalhos mais citados uma ferramenta importante para compreensão da produção de um dado campo de estudos é a análise das referências citadas por um determinado conjunto de artigos (VERBEEK et al., 2002). Ao promover essa análise da base de dados sobre finanças empreendedoras, novamente, observa-se uma grande dispersão. Não há autores e/ou trabalhos com grande participação no conjunto de referências analisadas (Tabela 1).

Tabela 1 – Referências mais citadas

Título	Autores	Título Da Fonte	Ano	Total de citações
The dynamics of crowdfunding: An exploratory study	Ethan Mollick	Journal of Business Venturing	2014	7
Firm Resources and Sustained Competitive Advantage	Jay Barney	Journal of Management	1991	5
Crowdfunding: Tapping the right crowd	Paul Belleflamme; Thomas Lambert; Armin Schwienbacher	Journal of Business Venturing	2014	5
An Estimated Model of Entrepreneurial Choice under Liquidity Constraints	David S. Evans; Boyan Jovanovic	Journal of Political Economy	1989	4
Open innovation: The new imperative for creating and profiting from technology.	Henry William Chesbrough	Harvard Business Press	2003	4
The Promise of Entrepreneurship as a Field of Research	Scott Shane; S. Venkataraman	Academy of Management Review	2000	4
The future of the university and the university of the future: evolution of ivory tower to entrepreneurial paradigm	Henry Etzkowitz et al.	Research Policy	2000	4

Building theories from case study research	Kathleen M. Eisenhardt	Academy of Management Review	1989	4
The economics of small business finance: The roles of private equity and debt markets in the financial growth cycle	Allen N. Berger; Gregory F. Udell	Journal of Banking & Finance	1998	4

Fonte: elaboração dos autores

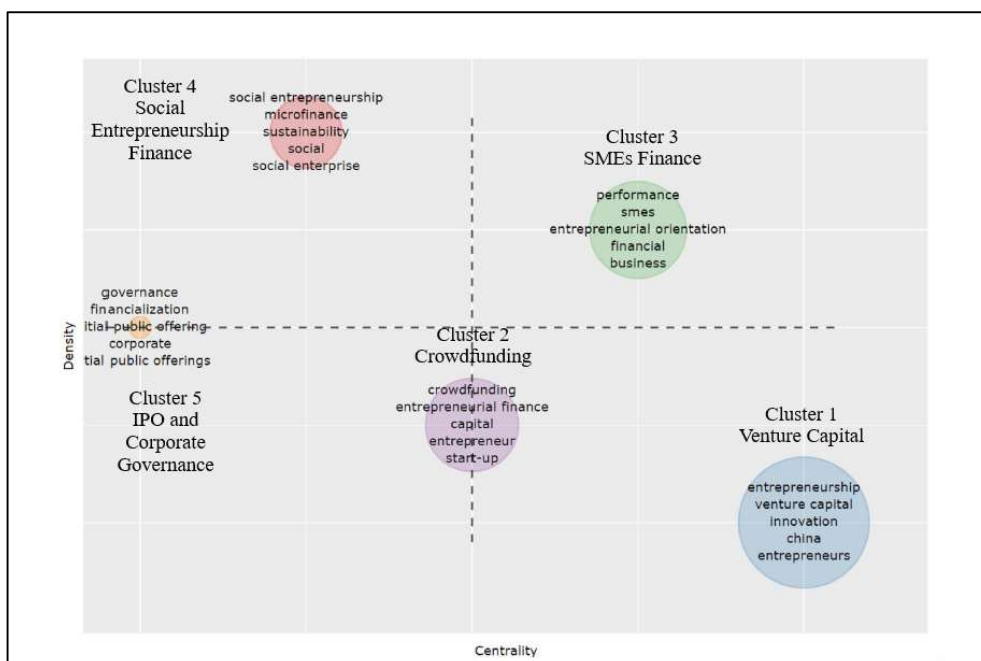
A Tabela 1 mostra, ainda que dentre os trabalhos mais citados há alguns seminais para o campo de finanças empreendedoras (EVANS; JOVANOVIĆ, 1989; BERGER; UDELL, 1998) e alguns sobre *crowdfunding* que, conforme mencionado anteriormente é apenas uma possibilidade de financiamento da atividade empreendedora (MOLLICK, 2014; BELLEFLAMME; LAMBERT; SCHWIENBACHER, 2014). Os demais são referências ligadas à inovação e/ou ao empreendedorismo, de forma mais ampla, ou aos aspectos metodológicos que permeiam os artigos analisados.

Confrontando-se os resultados de nossa busca com aqueles encontrados por Nguyen et al. (2021), que apontam os pesquisadores mais produtivos do campo de finanças empreendedoras, observou-se que nenhum dos autores encontra-se entre os mais utilizados pelos pesquisadores nos trabalhos aqui analisados. A partir dessa constatação, podem ser feitas duas suposições. A primeira é que os trabalhos sobre finanças empreendedoras no Brasil têm sido produzidos por meio de iniciativas isoladas, sem conexão com grupos ou linhas de pesquisa que têm se consolidado como referências importantes nesse campo.

A segunda hipótese, que guarda estreita relação com a primeira, é que os pesquisadores do tema têm, já em seu nascedouro, optado por desenvolver os estudos sobre finanças empreendedoras no Brasil independentes da influência dos “grupos supremos” do campo, identificados por Nguyen et al. (2021). Esses grupos seriam aqueles formados por 1) Douglas Cumming; 2) pesquisadores da Ghent University, com expressiva participação de Mike Wright (professor no Imperial College Business School; falecido em 2019); e 3) representantes da Universidade Politécnica de Milão que possuem uma publicação cooperativa de bastante expressão, principalmente aquelas envolvendo os pesquisadores Massimo G. Colombo e Luca Grilli. No estudo de Nguyen et al. (2021) fica claro que a produção do campo é fortemente marcada por esses “grupos supremos” que têm, inclusive, várias publicações conjuntas.

Outra forma de perceber a relação da produção de finanças empreendedoras no Brasil e o “*mainstream*” do campo, explicitado por Nguyen et al. (2021), é a análise de co-ocorrência de palavras-chave que, conforme destacam Callon; Courtial; e Laville (1991) é uma técnica poderosa para descrever as interações entre diferentes campos de pesquisa científica.

Figura 3 – Mapa de palavras-chave.

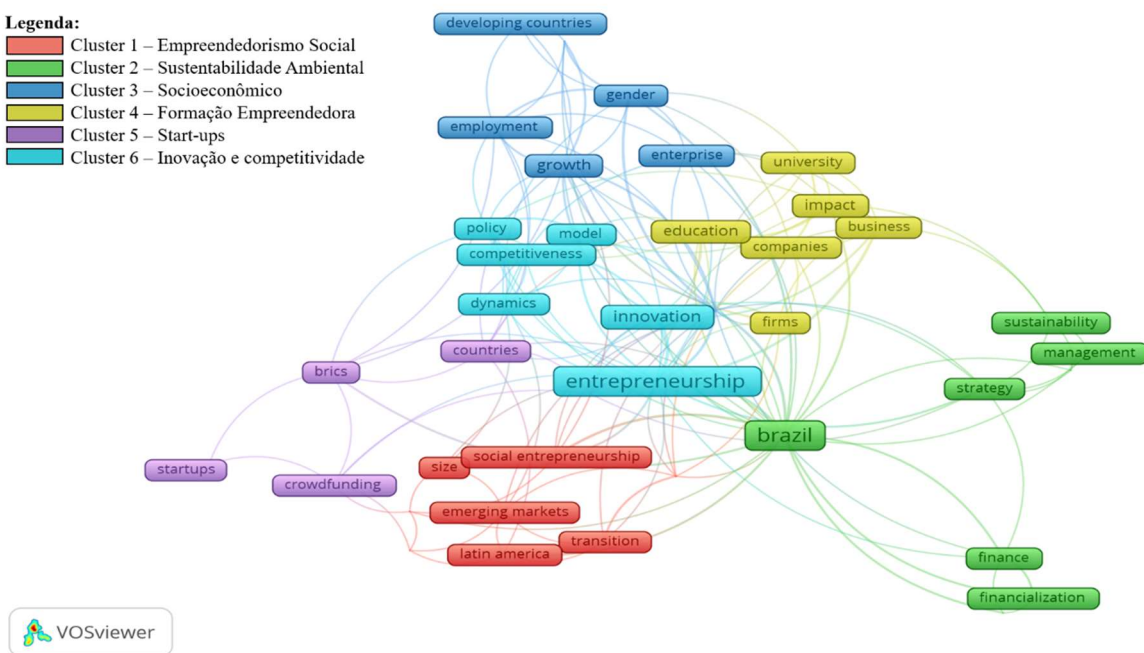


Fonte: Nguyen et al. (2021)

A Figura 3 mostra o mapa de palavras-chave na investigação de Nguyen et al. (2021). Nela emergem 5 grandes clusters de temas, denominados pelos autores como: 1) “*venture capital*”: estudos da relação do financiamento da atividade empreendedora e inovação, com forte participação de pesquisas sobre a China; 2) “*crowdfunding*”: pesquisas sobre as formas de financiamento da atividade empreendedora principalente no contexto de start-ups; 3) “*SMEs finance*”: investigações sobre as relações ente o financiamento da atividade empreendedora, principalmente de pequenas e médias empresas, e sua performance; 4) “*social entrepreneurship finance*” formas de financiamento do empreendedorismo social e sua relação com a sustentabilidade discutindo uma vertente específica das finanças empreendedoras: as microfinanças e 5) “*IPO and corporate governance*”: governança corporativa em contextos de financiamento por meio de IPOs (*Initial Public Offering*; Ofertas Públicas Iniciais).

Já a análise da cocitação de palavras-chave dos trabalhos analisados por nós identificou 6 clusters (Figura 4). Desses, alguns se alinham em grande parte com os identificados por Nguyen et al. (2021), como o **Cluster 1 - Empreendedorismo social** (com discussões sobre microfinanças e governança corporativa) e o **Cluster 2 - Sustentabilidade ambiental** (trabalhos discutindo, essencialmente, o financiamento de atividades voltadas à preservação ambiental) que se assemelham com o Cluster 4 - *social entrepreneurship finance* de Nguyen et al. (2021). O **Cluster 5 - Start-ups** (financiamento de novos negócios, principalmente por meio de crowdfunding e venture capital) e o **Cluster 6 - Inovação e competitividade** (visão mais tradicional do empreendedorismo, com foco na inovação como diferencial competitivo) também se alinham aos com os clusters 1 (*Venture capital*) e 2 (*Crowdfunding*) de Nguyen et al. (2021).

Figura 4 – Mapa de co-citação de palavras-chave



Fonte: elaboração dos autores

Apesar dessas convergências, ficam patentes algumas diferenças. Uma delas é a temática do **Cluster 3 – Socioeconômico**, que traz à baila questões que não são muito frequentes no campo de finanças empreendedoras, como empreendedorismo e gênero (MARQUES et al., 2020; BARBER; SAADATMAND; KAVOORI, 2016) e empreendedorismo e emprego (RIBAS, 2020; SEQUEIRA; GIBBS; JUMA, 2016). Outra diferença pode ser percebida no cluster **Cluster 4 - Formação empreendedora**, com trabalhos discutem como os processos educacionais formais influenciam na dimensão financeira do empreendedorismo (p.ex., DANIEL; ALMEIDA, 2020).

Por último, cabe chamar a atenção, na análise de palavras-chave promovida nos dois estudos um fato que chama atenção: a pouca ocorrência do termo “*entrepreneurial finance*” (na verdade, apenas 1 artigo utiliza termo como palavra-chave enquanto outro utiliza o termo “*entrepreneurial financing*”). Como esse é o termo mais utilizado para denominar o campo de estudo sobre finanças empreendedoras na produção internacional, tal fato corrobora a tese de que no Brasil, e sobre o Brasil, as investigações têm se dado de maneira desconectada do panorama mundial. A reforçar essa proposição, tem-se a pouca (ou nenhuma) ocorrência em nossa base de dados de palavras-chave como IPO e *angel investment* (nenhuma ocorrência) e *private equity* (apenas 1 ocorrência), termos de extrema relevância em investigações sobre o financiamento da atividade empreendedora.

CONCLUSÃO

Este trabalho tinha como objetivo investigar qual o panorama da produção científica no campo de finanças empreendedoras no Brasil (ou sobre o Brasil). Ao analisar os dados coletados, utilizando-se a mesma estratégia de pesquisa utilizado por Nguyen et al. (2021),

refinando a busca com o termo “Brazil”, pode-se perceber que o volume de trabalho publicado sobre o financiamento da atividade empreendedora no Brasil ainda é incipiente, pelo menos aquela disponível na *Web of Science* que, conforme se constata, não contempla muitas fontes de trabalhos brasileiras e/ou com pesquisas realizadas na área de Administração no Brasil.

Pôde-se perceber, ainda, que a produção analisada não se encontra alinhada ao “*mainstream*” do campo, composto por aqueles que Nguyen et al. (2021) chamam de “grupos supremos” de pesquisadores sobre finanças empreendedoras. Se isso indica uma postura “independente” dos pesquisadores sobre o fenômeno no Brasil ou se é simplesmente um alheamento do que é produzido internacionalmente sobre o assunto, é questão que ainda deve ser investigada.

Nesse sentido, cabe salientar que a pesquisa aqui relatada faz parte de esforço mais amplo de investigação, ora em andamento, que procura compreender melhor a produção sobre finanças empreendedoras no Brasil, valendo-se de outras bases de dados bibliográficos e técnicas complementares de revisão de literatura. Tal esforço visa diminuir as limitações presentes os resultados aqui relatados e que, espera-se, em breve sejam disponibilizados, visando contribuir para novos estudos sobre finanças empreendedoras.

REFERÊNCIAS

ALEMANY, L.; ANDREOLI, J.J. (ed.). Introduction to Entrepreneurial Finance In: _____; _____. **Entrepreneurial Finance: The Art and Science of Growing Ventures**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

ARAÚJO, C.A.A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em questão**, v. 12, n. 1, p. 11-32, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE STARTUPS (ABSTARUPS). **Startupbase**. Estatísticas. Disponível em: <<https://startupbase.com.br/home/stats>>. Acesso em 15 fev. 2020.

BARBER, D.; SAADATMAND, Y.; KAVOORI, T.. Gender and Financial Risk: The US and Brazil. **Studies in Business & Economics**, v. 11, n. 1, 2016.

BAYAR, O.; CHEMMANUR, T. J. IPOs versus acquisitions and the valuation premium puzzle: A theory of exit choice by entrepreneurs and venture capitalists. **Journal of Financial and Quantitative Analysis**, p. 1755-1793, 2011.

BELLAVITIS, C. et al. Entrepreneurial finance: new frontiers of research and practice: Editorial for the special issue Embracing entrepreneurial funding innovations. **Venture Capital: An International Journal of Entrepreneurial Finance**, v. 19, n. 1-2, p. 1-16, 2017.

BELLEFLAMME, P.; LAMBERT, T.; SCHWIENBACHER, A.. Crowdfunding: Tapping the right crowd. **Journal of business venturing**, v. 29, n. 5, p. 585-609, 2014.

BERGER, A. N.; UDELL, G.F. The economics of small business finance: The roles of private equity and debt markets in the financial growth cycle. **Journal of banking & finance**, v. 22, n. 6-8, p. 613-673, 1998.

BLANK, S.; DORF, B.. **Startup**: Manual do empreendedor: o guia passo a passo para construir uma grande empresa. Rio de Janeiro: Alta Books, 2014

BLOCK, J. H. et al. New players in entrepreneurial finance and why they are there. **Small Business Economics**, v. 50, n. 2, p. 239-250, 2018.

BONINI, S; CAPIZZI, V; CUMMING, Douglas. Emerging trends in entrepreneurial finance. v.21, n.2-3, p. 133-136, 2019.

BROWN, J. D.; EARLE, J. S. Finance and growth at the firm level: evidence from SBA loans. **The Journal of Finance**, v. 72, n. 3, p. 1039-1080, 2017.

BRUSH, C.G.; GREENE, P.G.; HART, M.M. From initial idea to unique advantage: The entrepreneurial challenge of constructing a resource base. **Academy of Management Perspectives**, v. 15, n. 1, p. 64-78, 2001.

CALLON, M.; COURTIAL, J.P.; LAVILLE, F.. Co-word analysis as a tool for describing the network of interactions between basic and technological research: The case of polymer chemistry. **Scientometrics**, v. 22, n. 1, p. 155-205, 1991.

CHEMMANUR, T. J.; FULGHIERI, P. Entrepreneurial finance and innovation: An introduction and agenda for future research. **Review of Financial Studies**, v. 27, n. 1, p. 1–19, 2014.

COSH, A.; CUMMING, D.J.; HUGHES, A. Outside entrepreneurial capital. **The Economic Journal**, v. 119, n. 540, p. 1494-1533, 2009.

CUMMING, D.J. et al. New directions in entrepreneurial finance. **Journal of Banking and Finance**, v. 100, p. 252–260, 2019.

_____; GROH, A.P.. Entrepreneurial finance: Unifying themes and future directions. **Journal of Corporate Finance**, v. 50, p. 538-555, 2018.

_____. Introduction to the Companion to Venture Capital. In: _____ (Ed.). **Venture capital: Investment strategies, structures, and policies**. Hoboken, NJ, USA: John Wiley & Sons, 2010.

_____; JOHAN, S.. The problems with and promise of entrepreneurial finance. **Strategic Entrepreneurship Journal**, v. 11, n. 3, p. 357-370, 2017.

_____; VISMARA, S.. De-segmenting research in entrepreneurial finance. **Venture Capital: Na International Journal of Entrepreneurial Finance**, v. 19, n. 1-2, p. 17-27, 2017.

- DANIEL, A.D.; ALMEIDA, J.. The role of junior enterprises in the development of students' entrepreneurial skills. **Education+ Training**, v. (ahead-of-print), n. (ahead-of-print), 2020.
- DENIS, D.J.. Entrepreneurial finance: an overview of the issues and evidence. **Journal of corporate finance**, v. 10, n. 2, p. 301-326, 2004.
- ELLEGAARD, O.; WALLIN, J.A. The bibliometric analysis of scholarly production: How great is the impact?. **Scientometrics**, v. 105, n. 3, p. 1809-1831, 2015.
- EVANS, D. S.; JOVANOVIĆ, B.. An estimated model of entrepreneurial choice under liquidity constraints. **Journal of political economy**, v. 97, n. 4, p. 808-827, 1989.
- EWENS, M.; FARRE-MENSA, J.. The deregulation of the private equity markets and the decline in IPOs. **The Review of Financial Studies**, v. 33, n. 12, p. 5463-5509, 2020.
- HÄCKNER, E.; HISRIC, R. D. Editorial: Contemporary entrepreneurial finance research, **Venture Capital: An International Journal of Entrepreneurial Finance**, v.3, n.3, p.183-185, 2001.
- HISRIC, R. D.; PETERS, M.P.; SHEPHERD, Dean A. **Empreendedorismo**. 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.
- HOSSAIN, M.; OPARAOCHA, G. O. Crowdfunding: Motives, Definitions, Typology and Ethical Challenges. **Entrepreneurship Research Journal**, v. 7, n. 2, 2017.
- KERR, W. R.; LERNER, J.; SCHOAR, A. The consequences of entrepreneurial finance: Evidence from angel financings. **Review of Financial Studies**, v. 27, n. 1, p. 20–55, 2014.
- KLEIN, M. *et al.* Start-Up Financing in the Digital Age – A Systematic Review and Comparison of New Forms of Financing. **The Journal of Entrepreneurial Finance**, v. 21, n. 2, p. 3, 2020.
- LYNN, T.; ROSATI, P. New Sources of Entrepreneurial Finance. In: SOLTANIFAR, M.; HUGHES, M.; GÖCKE, L. (Org.). **Digital Entrepreneurship: Impact on Business and Society**. Cham: Springer, 2021. p. 209–231.
- MARQUES, C. et al. The formal-informal dilemma for women micro-entrepreneurs: evidence from Brazil. **Journal of Enterprising Communities: People and Places in the Global Economy**, v. 14, n. 5, p. 665-685, 2018.
- MASON, C.M.. Editorial. Venture Capital: Rationale, aims and scope, **Venture Capital: An International Journal of Entrepreneurial Finance**, v.1, n.1, p.1-46, 1999.
- _____.; HARRISON, R. T. Venture capital: Rationale, aims and scope. **Venture Capital**, v. 1, n. 1, p. 1–46, 1999.

MOLLICK, E. The dynamics of crowdfunding: an exploratory study. **Journal of Business Venturing**, v. 29, n. 1, p. 1–16, jan. 2014.

MORITZ, A. et al. Preface. In _____ (Ed.) **Contemporary developments in Entrepreneurial Finance: an academic and policy lens on the status-quo, challenges and trends**. Cham, Switzerland: Springer, 2020.

NGUYEN, M.H. et al. On the social and conceptual structure of the 50-year research landscape in entrepreneurial finance. **SN Business & Economics**, v. 1, n. 1, p. 1-29, 2021.

PERSSON, O.; DANELL, R.; SCHNEIDER, J. W.. How to use Bibexcel for various types of bibliometric analysis. **Celebrating scholarly communication studies: A Festschrift for Olle Persson at his 60th Birthday**, v. 5, p. 9-24, 2009.

RIBAS, R. P. Liquidity constraints, spillovers, and entrepreneurship: evidence from a cash transfer program. **Small Business Economics**, v. 55, n. 4, p. 1131-1158, 2020.

SEQUEIRA, J.M.; GIBBS, S.R.; JUMA, N.A. Factors contributing to women's venture success in developing countries: An exploratory analysis. **Journal of developmental entrepreneurship**, v. 21, n. 01, p. 1650001, 2016.

SHANE, S.; CABLE, D.. Network ties, reputation, and the financing of new ventures. **Management science**, v. 48, n. 3, p. 364-381, 2002.

SOHL, J. E. Angel Investing: Changing Strategies During Volatile Times. **The Journal of Entrepreneurial Finance**, v. 11, n. 2, p. 27–48, 2006.

THELWALL, M.. Bibliometrics to webometrics. **Journal of information science**, v. 34, n. 4, p. 605-621, 2008.

UEDA, M. Venture Capital and Innovation. In: CUMMING, D (Ed.). **Venture capital: Investment strategies, structures, and policies**. Hoboken, NJ, USA: John Wiley & Sons, 2010.

VAN ECK, N.J.; WALTMAN, L.. Software survey: VOSviewer, a computer program for bibliometric mapping. **scientometrics**, v. 84, n. 2, p. 523-538, 2010.

VERBEEK, A. et al. Measuring progress and evolution in science and technology–I: The multiple uses of bibliometric indicators. **International Journal of management reviews**, v. 4, n. 2, p. 179-211, 2002.

WALLMEROOTH, J.; WIRTZ P.; GROH, A.P.. Venture capital, angel financing, and crowdfunding of entrepreneurial ventures: A literature review. **Foundations and Trends® in Entrepreneurship**, v. 14, n. 1, p. 1-129, 2018.

YAZDIPOUR, R.. **Advances in entrepreneurial finance**: With Applications from Behavioral Finance and Economics. New York: Springer-Verlag New York Incorporated, 2010.

ZUPIC, I.; ČATER, T.. Bibliometric methods in management and organization. **Organizational Research Methods**, v. 18, n. 3, p. 429-472, 2015.

POLÍTICA SOCIAL DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL: UM ESTUDO COM DADOS EM PAINEL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Giovani Blasi Martino Lanna
Suely de Fátima Ramos Silveira

Resumo:

O Brasil é um país que convive com um padrão elevado de desigualdade social ao longo de sua história, fato que estabelece uma condição de pobreza a milhões de brasileiros. Os problemas sociais enfrentados pelo país estão relacionados, muitas das vezes, a questão da distribuição de renda. No ano de 2003 foi criado o Programa Bolsa Família (PBF) como modalidade de uma política social de transferência direta de renda para contribuir com o combate à pobreza. Diante do exposto, o objetivo desse estudo foi analisar o Programa Bolsa Família (PBF) no período de 2005 a 2019. Metodologicamente a pesquisa caracteriza-se como descritiva e documental, a coleta de dados ocorreu junto aos sítios eletrônicos do Ministério da Cidadania (MDS) e da Controladoria-Geral da União (CGU) para realizar a análise de dados em painel. Os resultados demonstraram que o PBF evoluiu quantitativamente tanto em relação aos valores destinados pelo Governo Federal quando ao número de famílias beneficiárias. Pode-se concluir que a PBF como modalidade de uma política social de transferência de renda tem contribuído no combate à pobreza e a desigualdade de renda no Brasil.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família; Transferência de renda; Política pública.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é um país que convive com um padrão elevado de desigualdade social ao longo de sua história, fato que estabelece uma condição de pobreza a milhões de brasileiros. Os problemas sociais enfrentados pelo país estão relacionados, muitas das vezes, a questão da distribuição de renda.

A preocupação do Governo Federal em desenvolver políticas públicas voltadas para a transferência de renda com objetivo assistencial para mitigar a desigualdade acontece desde de 1970, por meio de programas que beneficiam idosos e portadores de deficiência de baixa renda, programas estes incorporados à nova sistemática operacional proposta pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) na década de 1990 (ROCHA, 2005).

A partir de 1991 o debate direcionado a instituição de programas de transferência de renda começa a fazer parte da agenda pública nacional. Destaque para quando foi aprovado, no Senado Federal, o Projeto de Lei nº 80/1991 do senador Eduardo Suplicy, propondo o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) que visava beneficiar os brasileiros de baixa renda e reduzir a desigualdade social (SILVA, 2007).

No final dos anos de 1990 a temática da desigualdade na distribuição de renda e a pobreza passaram a ser tratadas de forma recorrente na produção intelectual e no debate político do país. No entanto, foi principalmente no âmbito das políticas públicas que a pobreza ganhou um espaço privilegiado. Com o surgimento do Bolsa Família, em 2003, como programa da política social de transferência de renda direta, notava-se uma afirmação de uma agenda nova no Brasil (JACCOUD, 2013).